

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004474-89.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**  
 Requerente: **MARCELO LUGUI**  
 Requerido: **MARINALDA FERREIRA DOS SANTOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

MARCELO LUGUI ajuizou ação monitória contra MARINALVA FERREIRA DOS SANTOS, pedindo a constituição do título executivo judicial, caso desatendido o mandado monitório, no tocante à obrigação de pagar a importância de R\$ 2.847,23, correspondente aos cheques emitidos e não compensados.

Todas as diligências realizadas visando a citação pessoal da ré restaram infrutíferas.

Citada por edital, a ré não pagou a quantia especificada na petição inicial e não apresentou embargos ao mandado monitório.

Foi-lhe nomeado Curador Especial, que contestou/embargou o pedido por negativa geral e requereu diligências na tentativa de citação pessoal da ré. Contudo, as diligências realizadas restaram infrutíferas.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

Dispensável a produção de outras provas.

Cuida-se de cheques emitidos pela ré.

Está prescrita a ação cambial nele fundada, mas admite-se a ação monitória, com amparo na Súmula 299 do Superior Tribunal de Justiça: "É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito".

Por outro lado, cabia à ré o ônus de provar que o débito não era devido ou que já tivesse ocorrido o pagamento. Ressalta-se que os embargos por negativa geral não têm o condão de afastar a presunção do crédito representado pelos documentos juntados com a petição inicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No tocante ao termo inicial da incidência dos juros moratórios, decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça, em julgamento proferido na sistemática do art. 1.036 do CPC: *"Em qualquer ação utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação"* (REsp 1556834/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 22/06/2016, DJe 10/08/2016).

Diante do exposto, rejeito os embargos e, em consequência, **acolho o pedido monitório**, julgando constituído o título executivo judicial em favor do autor, no tocante à obrigação da ré de pagar o valor atinente aos cheques, com correção monetária desde a data de emissão de cada cheque (30.03.2014 e 30.04.2014) e juros moratórios contados da época da apresentação às instituições financeiras (02.04.2014 e 30.04.2014), além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da dívida.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de agosto de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**